

CORREIO ECONÔMICO

POR
ANDRE SOUZA

Divulgação / Agrishow



Evento é vitrine de tecnologia e inovação para o agro

Maior feira de agronegócio do país em Ribeirão Preto/SP

Teve início na segunda(27) e segue até o dia 1º de maio, em Ribeirão Preto (SP), a Agrishow 2026, principal feira de tecnologia agrícola da América Latina. O evento reúne mais de 800 marcas nacionais e internacionais e apresenta lançamentos, tendências e soluções para o agronegócio. A edição reforça iniciativas de inovação, com espaços dedicados a startups e tecnologias para produtividade, gestão e automação no campo, além de ações voltadas à inclusão e ao protagonismo feminino no setor. Em 2025, a feira movimentou R\$ 14,6 bilhões em intenções de negócios e recebeu público recorde de 197 mil visitantes, consolidando-se como vitrine global do agro brasileiro e polo de networking setorial.

Governo anuncia R\$ 10 bi para o setor

O vice-presidente Geraldo Alckmin anunciou R\$ 10 bilhões em crédito para modernização de máquinas e implementos agrícolas durante a Agrishow 2026, em Ribeirão Preto. Os recursos poderão financiar tratores, colheitadeiras e outros equipamentos. Segundo o governo, os valores devem ser liberados em até três semanas, com juros menores para estimular produtividade e competitividade no campo brasileiro.

Azul Linhas Aéreas



Nos vôos doméstico, alta foi de 6%, com 25,2 milhões.

Transporte aéreo sobe 7,7% no 1º tri

O transporte aéreo de passageiros no Brasil cresceu 7,7% no primeiro trimestre de 2026, na comparação com igual período de 2025, segundo o Ministério de Portos e Aeroportos. Mais de 33,5 milhões de viajantes embarcaram em voos domésticos e internacionais. O avanço foi puxado pelo mercado externo, que subiu 13% e somou 8,3 milhões de passageiros. No doméstico, a alta foi de 6%, com 25,2 milhões. Governo cita melhora econômica, mas alerta para pressão do querosene de aviação. Dados são da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Empréstimo consignado para CLTs

O Ministério do Trabalho publicou novas regras para reduzir o custo do crédito consignado para trabalhadores CLT. A medida limita o custo efetivo total das operações a até 1 ponto percentual acima da taxa média atual de mercado, hoje em 3,66% ao mês, e proíbe cobranças extras, como tarifas administrativas indevidas. Bancos que descumprirem as exigências poderão sofrer sanções.

Inflação 2026

O Boletim Focus desta semana elevou para 4,86% a projeção da inflação de 2026, acima do teto da meta. O dado sinaliza persistência da pressão sobre preços e reforça a cautela do Banco Central. Para consumidores e empresas, a expectativa de inflação maior reduz previsibilidade e dificulta decisões de consumo e investimento.

Taxa Selic e PIB

Além da inflação, o mercado manteve a Selic em 13% para o fim de 2026 e revisou o PIB para 1,85%. O cenário combina juros altos e crescimento moderado, indicando atividade econômica mais lenta. Em contrapartida, a estimativa do dólar em R\$ 5,25 pode ajudar no custo de importados e amenizar pressões futuras.

Reunião do COPOM

A próxima reunião do Copom (Comitê de Política Monetária) para definir a taxa Selic está marcada para iniciar nesta terça-feira (28 de abril). A decisão oficial sobre o novo patamar dos juros básicos da economia, atualmente em 14,75% ao ano, será divulgada na quarta, dia 29, após o encerramento do encontro.

Gás do Povo

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), publicou resolução no Diário Oficial com diretrizes para o mercado de GLP no âmbito do Gás do Povo. A medida busca ampliar oferta, garantir abastecimento, estimular concorrência, atrair investimentos em infraestrutura e proteger consumidores. Também prevê ampliar acesso ao gás de cozinha no país.

Apostas online I

O governo proibiu apostas não financeiras em plataformas de previsão sobre temas como eleições, resultados de julgamentos, decisões políticas, indicadores públicos e celebridades. A medida atinge sites que operavam sem autorização no Brasil e ofereciam esse tipo de mercado paralelo de palpites pagos online irregular.

Apostas online II

Com a decisão, órgãos federais começaram a bloquear plataformas irregulares e reforçar a fiscalização digital. O objetivo é proteger consumidores, impedir operações sem controle estatal e garantir que apenas modalidades autorizadas por lei funcionem no país, dentro das regras tributárias e regulatórias vigentes hoje no Brasil.



Serra Verde é referência na produção de terras raras em Goiás

Goiás quer acordo com EUA sobre minerais

Já a União discute quem tem direito a explorar as terras raras

Da Redação

O governo de Goiás defendeu a legalidade do memorando de entendimento firmado com os Estados Unidos, em março deste ano, voltado à pesquisa e à exploração de minerais críticos no estado. A Secretaria Estadual de Comunicação afirmou que a iniciativa busca agregar valor à produção mineral, atrair investimentos e impulsionar o desenvolvimento tecnológico em Goiás.

A manifestação ocorre após declarações do ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Márcio Elias Rosa, que criticou a atuação do estado no acordo. Na última sexta(24), o ministro afirmou que Goiás teria avançado sobre competências da União. “O subsolo brasileiro pertence à União. A competência para regulamentar a exploração mineral é da União. E quem estabelece relações com outros países é a União”, disse.

As declarações foram feitas no contexto da compra da mineradora Serra Verde pela norte-americana USA Rare Earth, em operação avaliada em cerca de US\$ 2,8 bi. A empresa brasileira opera desde 2020 a mina Pela Ema, em Minaçu (GO), a única de argilas iônicas em atividade no país e fora da Ásia. O empreendimento também é o único produtor fora do continente asiático de quatro elementos estratégicos — disprósio (Dy), térbio (Tb), neodímio (Nd) e ítrio (Y) — utilizados em tecnologias de ponta,

como veículos elétricos, drones, semicondutores e turbinas eólicas. Segundo o anúncio da transação, US\$ 300 mi serão pagos em dinheiro, enquanto os US\$ 2,5 bi restantes serão convertidos em ações da companhia norte-americana.

Em resposta às críticas do governo federal, a gestão goiana afirmou que o Palácio do Planalto não tem uma política estruturada para o setor de terras raras. “O governo federal perdeu o bonde da história”, diz nota do governo goiano à Agência Brasil, acrescentando que Goiás busca parcerias internacionais para viabilizar tecnologia de separação e processamento dos minerais, evitando a exportação apenas de matéria-prima.

O ministro Márcio Elias Rosa, por sua vez, informou que o governo federal solicitou a retirada de pauta do Projeto de Lei 2.780/24, que trata da Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos, com o objetivo de aprimorar o texto. Segundo ele, o Executivo pretende apresentar contribuições ao projeto, especialmente no que diz respeito à industrialização do setor.

A Agência Nacional de Mineração (ANM) esclareceu que a legislação brasileira permite a participação de empresas estrangeiras na mineração, desde que estabelecidas no país ou associadas a companhias nacionais. No entanto, o controle dos recursos minerais permanece sob responsabilidade da União.

Com informações da
Agência Brasil